

Petrolino

Ano VII | nº 73 | Dezembro 2019



EQUACIONAMENTO

Assistidos e participantes do PP1 aprovam proposta do GT Petros que irá substituir o PED assassino



Os participantes e assistidos da Petros nas bases da FUP referendaram a proposta alternativa de equacionamento dos Planos Petros do Sistema Petrobrás – Repactuados e Não Repactuados (PPSP-R e PPSP-NR) que irá substituir o atual PED. A proposta foi debatida e aprovada em todas as assembleias realizadas pelos sindicatos da FUP.

Na Bahia, ela foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária na manhã do sábado, 23/11, em três seções: Salvador (CEPE 2004), Alagoinhas (Câmara Municipal) e Candeias (Sesi).

Por maioria, os assistidos e participantes do PPSP-R e PPSP-NR (repactuados e não repactuados) aprovaram a proposta do GT Petros que irá substituir o atual equacionamento do Plano Petros 1.

Houve grande interesse da categoria em participar da AGE. Os assistidos e participantes esclareceram suas dúvidas e fizeram diversas colocações, chegando à conclusão que, no momento atual, a proposta do GT é a melhor opção, pois, entre outras coisas, “diminui o valor pago a título de equacionamento, mantém o modelo de bene-

fício definido e de renda vitalícia dos planos e não interfere nas ações judiciais, atuais e futuras”.

Eles também, através de votação, autorizaram o Sindipetro Bahia a assinar o Termo de Compromisso com a Petros, no qual o sindicato se compromete a não ingressar com ações judiciais contra a proposta, preservando o direito dos associados, que, se quiserem, poderão ingressar com suas ações individuais”.

O Termo de Compromisso e Outras Avenças seria assinado na sexta-feira, 06/12, pelas representações sindicais e da Petros. A

reunião, no entanto, foi cancelada pela Fundação. Após cobrança da FUP, o presidente da Fundação, Bruno Dias, se reuniu com o GT Petros no dia 17/12, quando foi discutida a possibilidade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para estender o prazo de aprovação do equacionamento do déficit registrado em 2018, que pela legislação deveria ocorrer até o próximo dia 31 de dezembro.

(Leia na página 3 a matéria sobre o assunto).

ADIANTAMENTO

Pagamento do INSS via Petros será mantido somente até fevereiro de 2020

A Petros informou que foi comunicada pelo INSS da decisão de prorrogar até fevereiro o pagamento do benefício de seus segurados através do convênio com a Fundação. Desta forma, a partir do mês de março os beneficiários passam a receber o benefício diretamente do INSS. O assistido deve ficar atento às mudanças que ocorrerão, a partir de março de 2020, para organizar seus pagamentos:

- dia 25/02 será última data de

recebimento da parcela do PETROS juntamente com a parcela do INSS

- dia 10/03 não haverá pagamento de adiantamento da parcela da Petros e nem da parcela do INSS

- dia 25/03 será pago o valor integral do benefício Petros

- dia 01/04 até o 5º dia útil do mês, será pago o valor integral de benefício INSS diretamente pelo Instituto

Portanto, a partir de abril o assistido passa a ter duas datas de

pagamento:

- Até o 5º dia útil: pagamento integral do benefício do INSS

- Dia 25: pagamento integral do benefício da Petros

Não haverá mais pagamento do adiantamento do dia 10. Já o pagamento do adiantamento do 13º em fevereiro continuará a ser pago, pois está previsto no regulamento dos Planos PETROS - PPSPs (repactuados e não repactuados). Ainda de acordo com a Petros, o INSS também

informou que utilizará as informações bancárias encaminhadas pela Petros para “viabilizar a manutenção do pagamento do benefício na mesma conta para os casos de bancos credenciados. Assim, apesar do fim do pagamento do INSS através do Convênio, os assistidos dos Planos Petros continuarão recebendo o benefício da previdência oficial na mesma conta em que recebem o benefício Petros”.

PREVIDÊNCIA

Mudança no pagamento do INSS é mais um ataque do atual governo e da direção da Petrobras

O Convênio Petrobras/INSS e depois o convênio Petros/INSS são grandes conquistas dos participantes e assistidos dos PPSPs (repactuados e não repactuados). O primeiro convênio foi criado em 1984, para garantir a extensão do Programa da AMS para os aposentados e pensionistas da Petrobras e Subsidiárias, grande conquista do Acordo Coletivo daquela data. Essa exigência era necessária para definir o valor da renda total dos assistidos e o desconto a ser realizado para o Plano de Saúde, tanto na parcela do INSS, como na parcela da Petros.

Posteriormente, o convênio garantiu o pagamento do adiantamento no dia 10 de cada mês, tanto da parcela da Petros como da parcela do INSS e o aumento do valor do empréstimo da Petros, considerando não somente a renda da Petros como também, a renda do INSS. Tudo isso porque esse convênio, além de garantir os descontos junto ao INSS (AMS e empréstimo pessoal), garantia, ainda, o adiantamento de valores da Petros e do INSS, que a Petrobras antecipava

e era ressarcida, posteriormente, pela Fundação e pelo Instituto.

Além desses, outros descontos foram incluídos, através do convênio, referente a contribuição dos assistidos para Sindicatos, outras entidades sindicais, Clubes e Associações. Mesmo após a sua substituição pelo convênio Petros/INSS, os descontos na parcela do INSS continuaram garantindo todas essas conquistas e facilidades. Agora, para cumprir compromissos com o Sistema financeiro, que apoiou o golpe contra a presidente Dilma e a eleição de Bolsonaro, o atual governo, determinou que o INSS acabasse com todos os descontos na parcela do INSS, inviabilizando todas essas conquistas e facilidades além de ameaçar a sustentabilidade de todas essas entidades e da própria AMS.

Essa decisão atinge, não somente a categoria petroleira, mas também todas as outras categorias, principalmente, os trabalhadores rurais aposentados e pensionistas, que contribuem para seus Sindicatos através dos descontos nos seus benefícios da previdência oficial.

O motivo dessa decisão foi para garantir os descontos somente dos empréstimos consignados dos bancos e financeiras. A forma escolhida pelo governo foi a venda da folha de benefícios do INSS para essas instituições, que, em contrapartida, pagarão ao Instituto um valor mensal para cada uma das contas dos seus segurados que os bancos e financeiras administrarão.

São mais de 32 milhões de contas que passarão para o controle dessas instituições. Perdem os assistidos da Petros e de outras EFPCs - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que tomarão empréstimos menores, junto a esses bancos e financeiras, com juros maiores e menores prazos de pagamento. Perdem as EFPCs que emprestarão menos, sendo que esse tipo de investimento tem uma das melhores rentabilidades, além de ser o mais seguro. Perdem as entidades sindicais, clubes e associações, que arrecadarão menos junto aos aposentados e pensionistas. Ganham os bancos e financeiras que terão acesso direto a uma fantástica e cativa carteira

de clientes, com um mínimo de risco de inadimplência. Por sua vez, a atual direção da Petrobras vai se aproveitar da situação, para cancelar o adiantamento de recursos que garantiam os adiantamentos do dia 10, tanto da parcela da Petros como da parcela do INSS.

Além de todos esses problemas, o mais grave será a redução do custeio da AMS, devido ao aumento da inadimplência dos assistidos, que terão somente a parcela da Petros para fazer os descontos do seu plano de saúde. Para piorar a situação, essa parcela da Petros, que já está bastante comprometida, devido ao pagamento do atual PED dos PPSPs, da AMS, e dos empréstimos pessoais, ficará mais comprometida ainda, com os descontos desses mesmos empréstimos já concedidos, que eram realizados na parcela do INSS e que, a partir de março de 2020, passarão a ser descontados, também, sobre essa mesma renda. Uma situação preocupante que obrigará as direções sindicais a buscar alternativas para esse problema, principalmente, em relação ao nosso custeio para a AMS



PP-1

Alternativa de equacionamento construída no GT Petros só será implementada em 2020



O GT Petros reuniu-se na terça-feira (17/12) com o presidente da Petros, Bruno Dias, para tratar do andamento do processo de implementação da proposta alternativa de equacionamento dos déficits dos planos Petros do Sistema Petrobras - Repactuados e Não Repactuados (PPSP-R e PPSP-NR).

Foi discutida a possibilidade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Superintendência Nacional de

Previdência Complementar (Previc) para estender o prazo de aprovação do equacionamento do déficit registrado em 2018, que pela legislação deveria ocorrer até o próximo dia 31 de dezembro.

O TAC permitirá o atendimento de dois pré-requisitos fundamentais para o novo equacionamento do PPSP-R e PPSP-NR: a conclusão do processo de cisão do Grupo Pré-70 e a aprovação da alternativa construída no GT por todas as entidades

representativas dos participantes. O Sindipetro Litoral Paulista foi o único dos 17 sindicatos que não aprovou a proposta, cuja implementação acabou sendo postergada para a segunda quinzena de janeiro.

A extensão do prazo via TAC, portanto, possibilitará ao Sindipetro LP realizar nova assembleia e permitirá também a conclusão do processo de cisão do Grupo Pré-70. Isso porque a proposta construída no GT só pode ser aprovada pela Previc após a cisão do PPSP-R e do PPSP-NR em dois novos planos: Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70) e Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70).

A cisão do Grupo Pré-70 já foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação e ainda está sendo

apreciada pelas autoridades competentes.

Desta forma, o Termo de Compromisso, que garante a implantação da proposta alternativa ao atual PED dos PPSPs (R e NR), que seria assinado este mês, pela FUP, FNP, FNTTAA e todos os seus Sindicatos filiados, foi adiado para a segunda quinzena de Janeiro de 2020.

“Infelizmente, por conta desses problemas, os participantes e assistidos ainda continuarão sendo penalizados com o pagamento do PED assassino e só se livrarão dele em abril, quando a proposta alternativa construída pelo GT já estiver implementada. Para isso, esperamos que os companheiros do Sindipetro LP refaçam a assembleia e aprovem a proposta que construímos de forma consensuada”, afirma o diretor da FUP, Paulo César Martin. (fonte - FUP)

EMPENHO

Construção da proposta alternativa foi fruto de esforço coletivo do GT Petros

A proposta alternativa de equacionamento do PPSP-R e PPSP-NR foi construída pelo Grupo de Trabalho Petros, com a participação da FUP, FNP, FT-TNAA, FENASPE e representantes da Fundação e da Petrobrás. A proposta foi finalizada no dia 22 de outubro, após inclusão de alterações sugeridas pelo presidente da Petros, Bruno Dias.

Para o então Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin, “essa proposta significa o esforço coletivo dos membros do GT, que em nenhum momento desistiram de buscar uma alternativa para substituir o atual PED, que de-

vido ao arrocho financeiro que impôs à categoria ficou conhecido como “PED assassino”.

PC também ressalta a participação do atual presidente da Petros que “soube entender a necessidade de buscar um acordo com as entidades, o que ajudou muito nesse processo, pois a proposta do GT estava parada na Petrobras. Continuamos a acreditar que o presidente da Fundação seguirá cumprindo seus compromissos como acordado”.

O novo Conselheiro Deliberativo eleito da Petros (suplente), André Araújo, que junto com PC, ficou à frente das reu-

niões que antecederam a AGE do dia 23, dando explicações sobre a proposta do GT, também demonstrou satisfação “com mais essa etapa vencida, se comprometendo a dar continuidade “ao trabalho em defesa dos direitos dos assistidos e participantes e aos interesses da Petros”.

Paulo César diz que todos do GT têm consciência de que o remédio é amargo. Mas a vantagem é que a família do assistido e participante não sofrerá tanto. “Teremos a garantia de um Plano BD vitalício e equilibrado. Também é muito importante que esse acordo

tenha saído antes da implantação do PP3, que traria grandes prejuízos a categoria. A partir de agora vamos concentrar nossa luta para que a Petrobras pague suas dívidas, que estão judicializadas”, conclui.

O GT Petros foi constituído no início de 2018, com o objetivo de apontar alternativas para cobertura dos déficits dos PPSPs, de forma a penalizar menos os aposentados, pensionistas e participantes da ativa, que tiveram seus orçamentos familiares profundamente comprometidos pelos descontos absurdos impostos pela Petros.

NADA MUDA

Pré-70 continua sem pagar equacionamento

O grupo Pré-70 continuará sem pagar o equacionamento graças ao acordo feito na época da repactuação, o AOR - Acordo de Obrigações Recíprocas. Nesse sentido, para esse segmento da categoria nada mudou. No novo PED, houve a separação patrimonial de massas, entre o grupo dos Pré-70 e o grupo dos pós-70, sendo que os pré-70 ficarão em dois planos (repactuados e não repactuados)

sob a total responsabilidade da Petrobrás. Desta forma, o equacionamento e as alterações regulamentares serão aplicadas somente ao grupo pós-70. Isso, segundo o ex- Conselheiro Deliberativo eleito da Petros e Diretoria da FUP, Paulo César Martin (PC) foi fundamental para garantir o equilíbrio e a redução, para os pós-70, das taxas de pagamento do equacionamento no novo PED, construído pelo GT.

EQUACIONAMENTO

Simulador da Petros

Com o adiamento da assinatura do Termo de Compromisso, a disponibilização do simulador dos valores pendentes do atual equacionamento, que seria colocado no ar, no Portal da PETROS, em janeiro de 2020, também foi adiado.

Nesse simulador os assistidos e participantes, que deixaram de pagar o atual equacionamento, de forma total ou parcial,

poderiam fazer a simulação do valor pendente do atual PED, a ser pago com as devidas correções da inflação do período, taxas de juros do plano e seguro.

A previsão é que haverá duas opções de pagamento: à vista ou de acordo com a expectativa de vida. O pagamento será um valor fixo e em caso de morte a dívida será quitada pelo seguro.

ANO NOVO

Que venha 2020 com muita luta e conquistas!

2019 foi um ano muito difícil. Tivemos de travar duras batalhas diárias para não perder direitos históricos como a AMS e a Petros. Muitos aposentados e pensionistas também tiveram de lidar com a decisão unilateral da Petros de aplicar o equacionamento do PPI (repactuados e não re-

pactuados) pelo valor máximo, o que levou muita gente ao desespero devido aos descontos de uma grande quantidade em seus benefícios.

Mas 2019 chega ao fim com uma notícia reconfortante: a aprovação da proposta do plano alternativo do GT Petros que, quando implementa-

da, irá diminuir consideravelmente o valor de pagamento a título de equacionamento, além de garantir o BD (Benefício Definido), entre outros.

Esperamos que 2020 seja um ano melhor, com saúde, paz e harmonia para todos nós. Continuaremos a fazer a nossa parte em defesa

dos direitos dos aposentados e pensionistas, mas, nessa luta, vamos precisar de todos, pois vivemos sob um governo de extrema direita que vem massacrando a classe trabalhadora.

Mais do que nunca temos que nos dar as mãos!



No mês de dezembro, a diretoria do Sindipetro participou com os aposentados e pensionistas de confraternizações que aconteceram nas subseções da entidade sindical em várias cidades do interior. Foram momentos de lazer e que

proporcionaram uma maior proximidade entre os dirigentes sindicais e a categoria.

O recesso de final de ano acontece de 23/12/2019 a 03/01/2020. Na segunda-feira, 06/01, o Sindipetro retoma suas atividades.